

A AUDITORIA INTERNA COMO FERRAMENTA DE MELHORIA DOS CONTROLES INTERNOS DE UMA ORGANIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RIO GRANDE DO NORTE

Josealdo Hortêncio de Oliveira¹
Joana D'arc Medeiros Martins²

Resumo

Em razão do novo ambiente econômico, da crescente globalização, de novos riscos que estão emergindo, o papel da auditoria interna está evoluindo e novas oportunidades para demonstrar e agregar o seu valor estão surgindo. Neste novo contexto muitas empresas estão envolvidas no processo de gerenciamento e identificação da complexidade dos riscos que estão enfrentando, com a finalidade de proteger seu patrimônio. Assim, o estudo tem como objetivo identificar os procedimentos de controles internos de uma empresa por meio da existência de uma área de auditoria interna, focalizando nos resultados das ações por ela realizada. Trata-se de uma pesquisa exploratória, realizada a partir de uma investigação bibliográfica, documental, seguida de um estudo de caso em uma companhia de capital aberto brasileira distribuidora de energia elétrica. As informações foram coletadas por meio de pesquisa documental nos relatórios publicados pela entidade e em documentos internos fornecidos pela mesma. O resultado revela que o controle interno da empresa obteve uma significativa melhoria após implantação da área de auditoria interna. Verificou-se também que a empresa brasileira estudada foi adequada à Lei SOX, baseada no modelo do Committee of Sponsoring Organization of Trade Way Commission – COSO. Diante da adequação a Lei, o estudo pode identificar que a Companhia possui razoável grau de controle de suas operações e rigor no acompanhamento de suas atividades por parte do conselho de administração.

Palavras-chave: Auditoria Interna. Controle Interno. Estudo de Caso.

Abstract

Because of the new economic environment of increasing globalization, new risks are emerging, the role of internal auditing is evolving and new opportunities to demonstrate their value and aggregate are emerging. In this new context, many companies are involved in the process of identifying and managing the complexity of the risks they are facing, in order to protect their wealth. Thus, the study aims to identify procedures for internal controls of a company through the existence of an internal audit department, focusing on the results of actions performed by it. This is an exploratory research developed from a research literature, documentary, followed by a case study in a public company Brazilian electricity distributor. Information was gathered through desk research reports published by the organization and internal documents provided by it. The result reveals that the company's internal control had a significant improvement after implantation of the internal audit department. It was also noted that the Brazilian company studied was suitable for SOX, based on the model of Committee of Sponsoring Organization of Trade Way Commission – COSO. Given the adequacy Law, the study can identify that the Company has a reasonable degree of control over their operations and rigorous monitoring of their activities by the Board of Directors.

Key-words: Internal Audit. Internal Control. Case study.

¹ Discente da Especialização em Auditoria e Perícia Contábil da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN - FARN

² Docente orientadora da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN - FARN

1 INTRODUÇÃO

O crescimento das empresas, a abertura de capital e a expansão dos mercados tornaram as atividades de auditoria cada vez mais importantes como fator de apoio à tomada de decisão de administradores e investidores. Com a expansão dos negócios, as empresas passaram a necessitar de uma estrutura interna mais forte, com normas e procedimentos internos para alinhar a prática empresarial.

Na evolução das organizações e seus relacionamentos, seja com o indivíduo, cliente ou acionista, ou com a coletividade, empresas ou nações, as atividades se diversificaram, ramificaram e ampliaram, sendo cada vez mais necessárias as atividades de fiscalização e suporte à gestão.

Rezende e Favero (2004, p.1) relatam que há uma urgente necessidade de um maior controle interno dentro das organizações, a fim de salvaguardar os interesses da empresa, a confiabilidade nos relatórios contábeis, financeiros e operacionais dentro dos procedimentos estabelecidos pela empresa.

Os casos de demonstrações contábeis fraudulentas, tão comuns na última década em escala mundial, têm chamado a atenção sobre a adequação do controle interno das organizações. Uma vez que os escândalos em nível mundial da última década, entre os quais, os da Parmalat e da Enron, têm demonstrado a ineficiência dos controles internos e externos e clamado por incremento das exigências de melhorias, em relação aos controles internos das empresas em relação aos controles externos. (IMONIANA e NOHARA, 2004, p.1)

Mesmo após o advento da criação da Lei Sarbanes-Oxley em 2002, estabelecida em decorrência aos escândalos ocorridos no mercado financeiro dos Estados Unidos da América, obrigando a criação de novos mecanismos de controles para reaver a credibilidade dos investidores. Esses mecanismos vieram para fortalecer as regras de governança corporativa, principalmente para melhorar a transparência dos mecanismos de gestão, com a divulgação das informações das organizações.

Após o desenvolvimento de metodologias para melhorar os controles internos das organizações, em específico, a criação da certificação do sistema de controles internos, requerida como compliance [conformidade] para as empresas que cotizavam nas bolsas de valores americanas. Percebe-se a preocupação com os controles internos e com a criação de mecanismos e ferramentas para avaliá-los e supervisioná-los.

É importante ressaltar que um ambiente com controles internos inadequados contribui de maneira substancial para a existência de fraudes e essas aumentam os

riscos organizacionais. Várias agências internacionais têm apontado os controles internos como um meio imperativo para a melhora da confiabilidade dos indicadores financeiros. (IMONIANA e NOHARA, 2004, p.1)

Neste sentido, pode-se traçar uma similitude entre a necessidade do controle na atualidade e a do Renascimento, onde insiste o frei, que para negócios à parte, existe necessidade de controles especiais, presentes e constantes, devendo-se ter tantos deles quantos necessários, com a manutenção de contas próprias para os casos de gestão indireta, ou seja, os que resultam em delegações de poderes. (SÁ, 2004, p.174)

O controle segundo Campiglia e Campiglia (1993, p. 11) pode ser visto, também, como uma maneira de garantir a continuidade da empresa, mantendo a entidade em um rumo preestabelecido, em uma perspectiva de gestão, deve ser entendido como o conjunto de informações e de ações cujo objetivo é manter o curso das operações dentro de um rumo desejado.

Outro aspecto importante é observar os vários subsistemas que compõem a empresa, sendo vital a existência de uma correlação entre eles, de maneira a atingir o objetivo da empresa. Verifica-se, então, a necessidade de um processo de gestão que considere esses aspectos para que os subsistemas da empresa trabalhem juntos, de modo a aumentarem sua eficiência e alcancem melhores resultados do que se trabalhassem separadamente. (BEUREN; RAUPP; MARTINS, 2006, p.121)

Com a crescente ênfase dada às questões de controle empresarial, mas, especificamente, o controle sobre a gestão das organizações, salientando-se principalmente, cada vez mais, os benefícios potenciais que podem advir do estabelecimento de ferramentas de gestão, principalmente as de função independente e objetiva, como por exemplo, a auditoria interna.

A auditoria interna é o órgão responsável pela supervisão dos controles empresariais. Seus membros têm que ser independentes e com grande conhecimento em sua área de atuação. Os deveres e os procedimentos devem estar documentados nas organizações para que seus membros tenham acesso e liberdade para relatar seus pontos de vista e recomendações para os executivos de alto escalão, que são quem decide o futuro da organização.

Todas as informações que tramitam pela auditoria interna têm a importância de ser trabalhada, analisada e moldada para posterior apreciação do executivo máximo de uma organização ou do conselho de administração de uma sociedade, logo, podendo, de imediato, trazer impactos nas decisões estratégicas, tática e/ou operacionais das organizações.

Diante do exposto, surge a seguinte questão: *Quais os procedimentos de controles internos da uma empresa por meio da existência de uma área de auditoria interna?*

O objetivo principal foi identificar os procedimentos de controles internos da uma empresa por meio da existência de uma área de auditoria interna, focalizando nos resultados das ações por ela realizada.

Tendo em vista os aspectos acima mencionados, esta pesquisa busca discutir aspectos conceituais sobre controle interno e auditoria interna, bem como analisar a adequação dos controles internos as exigências vigentes na lei Sarbanes-Oxley, em uma companhia de capital aberto do ramo de distribuição de energia elétrica localizada no Estado do Rio Grande do Norte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTROLE INTERNO

O controle tem significado e relevância somente quando é concebido para garantir o cumprimento de um objetivo definido, quer seja administrativo ou gerencial. (ATTIE, 1998, p. 111)

Para Oliveira e Linhares (2006, p.3) um dos aspectos importantes no uso dos controles internos pelas organizações é o de prover os acionistas com razoável segurança de que a condução dos negócios está adequadamente controlada.

Reding et al (2007, p.5-8) menciona que o Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO, emitiu em 1992, um relatório denominado Internal Control – Integrated Framework [Controle Interno – Estrutura Integrada] onde define controle interno como um processo, efetuado pelo conselho de administração, gerentes e outros funcionários, com o intuito de garantir razoável certeza do cumprimento dos objetivos organizacionais.

No mesmo sentido o Institute of Internal Auditors – IIA [instituto dos auditores internos] define controle interno como qualquer ação executada pela administração, pelo conselho de administração e outros para gerenciar os riscos e aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecida sejam alcançados. A administração desenvolve planos, organiza e dirige a execução de ações suficientes para proporcionar razoável certeza do cumprimento de objetivos e metas. (COSO, 1994, p.106; REDING et al, 2007, p.5-26; AUDIBRA, 2006, p.18)

Entretanto Reding et al (2007, p.5-8) menciona que o COSO tem como

propósito assegurar a consecução dos seguintes objetivos:

- a) Eficácia e eficiência das operações;
- b) Confiabilidade e integridade das informações financeiras e gerenciais;
- c) Aderência às leis e regulamentos aplicáveis.

Para os integrantes do COSO [AICPA; AAA; FEI; IIA; IMA], o ponto de partida de sua importância é a definição de controle interno, entendendo-o como um processo, desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da empresa.

D'Avila e Oliveira (2002, p. 36) explicam que a expressão segurança razoável não pressupõe que os sistemas de controle interno irão falhar frequentemente, mas sim, que se assuma o fato de que, como o processo é exercido por pessoas, este não é infalível. A expressão se impõe como necessária para não se criar a falsa impressão de que existe segurança absoluta. E, na opinião dos autores, os fatores que impedem um sistema de controles internos de oferecer segurança absoluta são: Julgamento; Colapsos; Má intenção da gerência; Conluio; Custo versus benefício.

A estrutura recomendada pelo COSO desmembra os controles internos em cinco componentes inter-relacionados:

a) Ambiente de controle: é a consciência que a entidade possui sobre controle interno. O ambiente de controle é efetivo, quando as pessoas da entidade sabem de suas responsabilidades, o limite de suas autoridades e possuem o comprometimento de fazerem suas atribuições de maneira correta. A alta administração deve deixar claro para seus comandados quais são as políticas, código de ética e código de conduta a serem adotados.

b) Avaliação de riscos: A existência de objetivos e metas é condição fundamental para a existência dos controles internos. Depois de estabelecidos os objetivos, devem-se identificar os riscos que ameaçam o seu cumprimento e tomar as ações necessárias para o gerenciamento dos riscos identificados;

c) Atividade de controle: Atividades executadas de maneira adequada, que permitem a redução ou administração dos riscos identificados anteriormente. Podem ser atividades de controle e desempenho e devem ser transmitidas a todos os integrantes da entidade;

d) Informação e Comunicação: dá suporte aos controles internos, transmitindo diretrizes do nível da administração para os funcionários ou vice-versa em um formato e uma estrutura de tempo que lhes permitem executar suas atividades de controle

com eficácia;

e) Monitoramento: É a avaliação e apreciação dos controles internos ao longo do tempo, sendo o melhor indicador para saber se os controles internos estão sendo efetivos ou não. O monitoramento é feito tanto através do acompanhamento contínuo das atividades quanto por avaliações pontuais, como é o caso da auto-avaliação, revisões eventuais e auditoria interna.

O sistema de controle interno de uma empresa visa sempre possibilitar a prevenção e detecção de erros e fraudes que tragam prejuízos ou afetem a qualidade da informação fornecida para que a administração tome decisões. (CRC-SP, 1998, p.131)

2.2 AUDITORIA INTERNA

Segundo Paula (1999, p.32), pode-se definir auditoria interna como sendo uma atividade de avaliação independente, que, atuando em parceria com administradores e especialistas, deverá avaliar a eficiência e a eficácia dos sistemas de controle de toda a entidade, agindo proativamente, zelando pela observância às políticas traçadas e provocando melhorias, fornecendo subsídios aos proprietários e administradores para a tomada de decisão, visando ao cumprimento da missão da entidade.

Para o BACEN (2008, p.5), a auditoria interna é definida como uma atividade de assessoramento à Administração, voltada para a avaliação e a adequação dos sistemas de controle interno, em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidos para o Banco Central.

O The Institute of Internal Auditors – IIA, instituto com representatividade global de auditores internos, sediado nos Estados Unidos da América, define que:

Auditoria interna é uma atividade independente e objetiva que presta serviços de avaliação (assurance) e consultoria e tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. A auditoria auxilia a organização a alcançar seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de riscos, de controle e governança corporativa. (AUDIBRA, 2006, p.25).

Já a definição do CFC para a auditoria interna na área contábil está descrita na NBC T 12 transcrita a seguir:

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de

seus objetivos.

Cocurullo (2004, p.148) que em um conceito mais atual, a auditoria seja interna (revisão feita por funcionários da própria empresa ou terceirizada) seja externa (revisão feita para assegurar que as demonstrações contábeis representam em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da empresa), deve agregar valor aos acionistas e a sociedade, garantindo a qualidade das informações para a tomada de decisão.

Na mesma linha evolutiva, para Migliavacca (2004, p.47) a auditoria interna moderna tem evoluído para o conceito de management oriented, onde ela tem uma maior participação de assessorar a administração na gestão da empresa.

Observa-se que as diversas definições citadas convergem para uma atuação objetiva e de adicionar valor as organizações. Seja por meio de avaliação, assessoria ou consultoria interna. Entanto pode ser diferenciadas pelos objetivos e finalidades e sua tipologia.

No Brasil, o CFC por meio da norma técnica NBC T 12 - Da Auditoria Interna, aprovada pela Resolução 986 (CFC, 2003) e pela NBC P 3 - Normas Profissionais do Auditor Interno, aprovada pela Resolução 781 de (CFC, 1995), normatizou a execução da auditoria interna contábil para os seus representantes associados, os contadores. Cabe ressaltar que esta prerrogativa é somente para execução de trabalhos de auditoria interna contábil. Não se aplicando esta exclusividade aos trabalhos de auditoria operacional e outras.

No Brasil, existe um Instituto que trabalha em prol dos profissionais de auditoria interna e em defesa da atividade de auditor interno, entretanto a filiação/associação é voluntária. O Instituto dos Auditores Internos do Brasil – AUDIBRA, fundado em 20 de novembro 1960, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de pessoas físicas atuando em atividades de auditoria interna em qualquer modalidade.

Mesmo não estando o exercício da auditoria interna regulado internacionalmente, o IIA, proporciona um guia integral para a profissão mediante seu IPPF – International Professional Practices Framework, que é um marco para a prática da profissão e estabelece uma doutrina na profissão de auditoria interna.

O conjunto das normas foi traduzido pelo AUDIBRA em 2006. As Normas tornaram-se obrigatórias a partir de 01 de janeiro de 2004. Entretanto, estas Normas receberam atualizações em 2008, que passaram a ser válidas a partir de 01 de janeiro de 2009.

O propósito das IPPF é:

a) Estabelecer princípios básicos que representam a prática da auditoria interna na forma em que esta deveria ser;

b) Fornecer um modelo para a execução e promoção de um amplo leque de atividades de auditoria interna que representem valor agregado;

c) Servir de base para a avaliação da auditoria interna;

d) Incentivar a melhoria dos processos e operações da organização.

Hoje chamada de IPPF, Authoritative Guidance, tem em sua composição seis categorias, reunidas em dois grupos: o guia Mandatório contempla a Definição, o Código de Ética e as Normas Internacionais e o guia Recomendado contempla Posicionamento, Normas para a Prática, Orientações para as Práticas. (IIA, 2009)

Aos novos propósitos e conceitos incorporados pela auditoria interna, nem sempre bem divulgados, constituem a moderna concepção de seus trabalhos. “A nova auditoria interna está concebida para o exercício de uma atividade de assessoramento a alta administração da empresa (...)”. (ARAÚJO, 1998).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foca a abordagem qualitativa, logo, caracteriza-se por ser não-estruturada, de natureza exploratória e baseada em pequenas amostras com o objetivo de prover percepções e compreensão do problema. (MALHOTRA, 2006, p. 66).

Teve como base um estudo feito por Carlos Renato Fontes Trisciuzzi e Julio Sergio Cardozo, em 2009, intitulado *A Auditoria Interna como ferramenta de melhoria dos controles internos de uma organização: Estudo de caso em uma empresa do segmento industrial do Rio de Janeiro*.

A metodologia utilizada no estudo, segundo COSTA (1993, p.146), pode ser classificada como “exploratória, porque têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

Pode ser classificada também como uma pesquisa descritiva, onde o paradigma fenomenológico (Colli e Hussey, 2005, p.63) sugere que é possível descrever fenômenos ocorridos em uma população (por exemplo, uma organização) a partir de dados qualitativos empíricos levantados junto a uma entidade concreta.

Nesta pesquisa trabalhou-se com a coleta de dados obtidos em fontes primárias e secundárias (Cooper e Schindler, 2003, p. 223). Assim, as fontes

compreenderam: Relatórios Anuais da Administração, outros documentos internos e externos da organização; bem como, livros, artigos de revistas, dissertações, sites e outros materiais acessíveis ao público com a finalidade de estruturá-los, analisá-los e interpretá-los.

O método de estudo de caso, de acordo com Maximiano (1987, p. 20), pode registrar a história de uma empresa ao longo de certo período, restringindo-se a descrever uma trajetória ou segmento histórico, para que o leitor faça a análise a seu critério. E segundo Collis e Hussey (2005, p. 73), os estudos de caso descritivos procuram descrever exatamente situações e práticas correntes, e destacam que é um exame extensivo de único exemplo de um fenômeno de interesse.

Levando-se em consideração a heterogeneidade dos tipos de auditoria interna existentes nas organizações nacionais, a complexidade dos sistemas de controles internos nas organizações, o alcance pretendido, e por motivos de conveniência, conseqüentemente a pesquisa foi desenvolvida no estudo de uma única organização, situada no Rio Grande do Norte.

Assim, de forma explícita em relação ao assunto, e tendo em vista o objetivo, o processo, a lógica e o resultado da pesquisa, foi realizada uma revisão da literatura pertinente ao tema. Onde na escolha do tema, considerou-se importante levantar uma discussão sobre o controle de gestão das organizações, para analisar a possibilidade de utilização de uma ferramenta de gestão, a auditoria interna, como premissa para impulsionar e realizar a melhoria dos controles internos em uma organização específica. .

A pesquisa foi realizada ao final do segundo semestre de 2010 e início de 2011, posteriormente ao fenômeno analisado, sendo esta investigação *ex post facto*, que segundo Vergara (2004, p.48) refere-se a um fato já ocorrido, onde o pesquisador não pode controlar ou manipular as variáveis.

Esta pesquisa contempla um estudo de caso único com a finalidade de conhecer com profundidade o processo de melhoria dos controles internos da organização, e como a auditoria interna da organização estudada está envolvida neste processo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização da Unidade de Estudo

A pesquisa foi realizada em uma empresa de capital aberto que é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo

tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia. Em 2009 o alcance de atuação da companhia era em 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

A empresa na década de 90 passou por um leilão de privatização, na mesma década abriu seu capital e passou a ter suas ações negociadas em bolsas de valores, isso reforçou a necessidade de maior transparência e confiabilidade na confecção e divulgação das informações contábeis e financeiras, além disso teve como mudança nas regras de governança corporativa: o aumento da responsabilidade dos diretores perante a emissão e divulgação de relatórios financeiros, bem como ênfase no uso de controles internos mais rígidos.

4.2 Desenvolvimento das ações

Demonstrando, assim, a preocupação, por parte da alta administração da empresa com os controles internos, iniciou-se diversas ações para melhorar o sistema de controles internos da organização, dentre elas, destacam-se:

a) Em 1998 passos importantes foram dados na implantação de um moderno sistema de comunicações, do novo sistema de gestão comercial e sistema integrado econômico-financeiro, da nova rede corporativa de computadores, além da renovação integral da frota de veículos, bem como da automatização, melhoria e expansão do sistema elétrico.

b) Incentivo a elaboração de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em eficiência energética.

c) Em 2002 foi realizada a primeira revisão do Projeto de Empresa e a elaboração do Código de Ética que estabelece de modo claro os critérios de conduta e postura da Empresa, de seus profissionais e de todos aqueles com os quais mantém relações. Além disso, o Projeto de Empresa, instrumento que reúne as diretrizes fundamentais da companhia, as quais irão conduzir sua gestão empresarial. Nesse Projeto estão definidos os compromissos assumidos com o objetivo de alcançar os mais altos padrões de eficiência empresarial e de integração social. Na gestão dos recursos humanos, em 2002, destacam-se a realização da 1ª Pesquisa de Clima Organizacional, a Campanha Interna de Combate às Perdas Elétricas e a inauguração do Espaço Cultural. Essa política de valorização de pessoal vem demonstrando-se acertada, o que se comprova pelos excelentes índices de produtividade e de qualidade técnica e comercial.

d) Em 2003 o Sistema de Gestão Participativa, adotado pela companhia, solicitou não só a participação dos empregados na definição do planejamento e definição das metas e objetivos, mas também que os mesmos estejam sempre informados. Além de desenvolver um

programa de treinamento de acordo com os objetivos corporativos, considerando as metas e plano de ação de cada área, tornando a Empresa mais competitiva e dando oportunidade ao empregado de desenvolver-se. Visando mitigar os efeitos negativos que eventuais oscilações significativas nas cotações das moedas teriam sobre o seu passivo em moeda estrangeira, com conseqüente reflexo negativo sobre o seu resultado e fluxo de caixa, a companhia estabeleceu rigorosa política de hedge para todas as suas operações em moeda estrangeira, firmando contratos de “swap” com o fim de protegê-las dos referidos efeitos das variações cambiais.

e) Em 2004 desenvolveu diversas ações como parte de um programa para a melhoria nos procedimentos, no conforto e na saúde dos seus colaboradores, cujas regras assumem condições de vanguarda aos preceitos de Saúde e Segurança do Trabalho, com destaque para: Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional; Programa de Prevenção a Riscos Ambientais; Treinamentos de Segurança; Inspeções de Segurança; Auditoria de Segurança nas empreiteiras; Sala de Reeducação; Distribuição de EPI, EPC; Perfil de Saúde dos Colaboradores; Programa de Redução do Índice de Massa Corpórea; Análise Ergonômica dos Postos de Trabalho; Ginástica Laboral; Massagem Shiatsu; Informativo de Segurança; Realização das SIPAT em conjunto com a CIPA; Palestras com temas relacionados à Saúde e à Segurança; Caminhada coletiva de saúde denominada – “Caminhando com Energia”; Feira da Saúde

f) Em 2005, a Empresa aderiu formalmente às melhores práticas de governança corporativa através da estruturação de uma área de compliance, responsável pelo mapeamento dos principais processos da Companhia, buscando identificar os seus riscos e controles relacionados. Foi feito um entendimento de todas as principais atividades através da identificação das informações gerais de cada área (contas contábeis, softwares utilizados, processos, subprocessos, etc.), elaborados fluxogramas explicativos do passo a passo das atividades executadas, elaboração de manual de rotinas internas compreendendo formulários internos e externos e instruções para execução de procedimentos internos dos diversos setores da empresa, a documentação desses processos visa à adequação às Seções 302 e 404 da Lei Sarbanes-Oxley, que estabelece regras rigorosas no trato com a informação prestada ao mercado. Adicionalmente, a Companhia mantém uma gestão baseada numa conduta ética, transparente e com maior participação e respeito aos investidores. Para garantir os princípios básicos de governança corporativa, a Auditoria Interna passou a ficar ligada ao Conselho de Administração, foi criado o Comitê de Auditoria, e foram formadas as Comissões de Finanças, Inadimplência, Perdas, Mercado, Serviços e Qualidade, com o objetivo de tratar de

processos relevantes que precisam da atenção da direção executiva da holding junto às áreas operacionais.

g) Em 2006, foram ampliados os canais de comunicação e de relacionamento com o mercado. As principais práticas implantadas foram: Divulgação trimestral de Relatório sobre o desempenho do Grupo; Realização de um *conference call* trimestral para apresentação do relatório; Realização de reuniões *one-to-one* com as principais instituições de relacionamento do Grupo. Além disso neste mesmo ano, foi efetuada a documentação dos principais processos de negócio da Companhia, com foco nos riscos e controles que impactam significativamente as demonstrações financeiras. Nesse mesmo período também foi concluída a implantação do Sistema de Gestão de Normativos – SGN, para atender as necessidades de padronização dos documentos normativos, facilitar o acesso/consulta a esses documentos e garantir disponibilização de informações sempre atualizadas e em consonância com os processos de negócio da Companhia.

h) Em 2007, deu-se início ao programa de Segurança da Informação que visa inculir a cultura de segurança nos colaboradores da companhia, para tanto, foram realizados treinamentos sobre organização e manutenção de arquivos de segurança – *back ups*, arquivos de *log* do sistema, plano de contingência para falhas ou quebra de segurança – invasão de *hackers*, sistema de validação de informações com registros armazenados em banco de dados etc.; testes de invasão, um ciclo de palestras e a distribuição de cartilhas informativas.

i) Em 2008, foi finalizada a fase de documentação dos principais processos de negócios da companhia com o ciclo jurídico, além disso, foram realizados testes nos controles de todos os ciclos já mapeados. Foram redefinidos os perfis de acesso ao SAP mitigando os riscos relacionados a segregação de funções e fraudes, dando suporte a empresa na gestão desses acessos de forma efetiva, eficiente e sustentável.

j) Em 2009, foram realizados walkthrough e testes nos controles dos ciclos de Tesouraria, Imobilizado, Jurídico, Folha de Pagamento, Fiscal, Demonstrações Financeiras e Compras. Foi realizada revisão nos controles compensatórios, que mitigam os riscos relacionados à segregação de funções e fraudes, adequando-os, usando como base os controles identificados nos mapeamentos para adequação à Lei Sarbanes-Oxley, proporcionando assim mais segurança à companhia na gestão desses acessos de forma efetiva, eficiente e sustentável.

l) Disponibilização de meios de denúncias anônima;

m) Implantação de Programas de treinamento e desenvolvimento para promover desta maneira a melhoria do nível de escolaridade formal no que se refere à formação técnica

e educacional superior, além de aprimorar as potencialidades exigidas para o exercício do trabalho e a possibilidade de crescimento profissional.

n) Divulgação em meio eletrônico, mural, cartilhas e revistas de assuntos relacionados ao sistema de controle interno, tais como: objetivos do controle interno, ética, segurança da informação.

Informações contidas nos relatórios da administração demonstram uma forma de reconhecer o adequado trabalho que vem sendo desenvolvido pela empresa proveniente, dentre outras ações, das melhorias nos seus controles internos.

Pelo sexto ano consecutivo, a companhia conquistou o **Prêmio Eletricidade Moderna**, como a Melhor Distribuidora da Região Nordeste, uma importante referência quando o assunto é a qualidade da distribuição de energia elétrica. (Relatório da administração 2009)

Foi contemplada pela segunda vez com o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia-PRÊMIO PROCEL . (Relatório da administração, 2009)

PRÊMIO ABRADÉE 2010 - a empresa alcançou pela segunda vez o primeiro lugar na categoria gestão econômico-financeira. (Relatório da administração, 2010)

Prêmio IASC 2007 - No segmento de empresas que atendem acima de 400 mil consumidores, a companhia obteve o melhor indicador da Região Nordeste e o quinto do Brasil na pontuação do Prêmio IASC - Índice de Satisfação do Consumidor 2007. (Relatório da administração, 2008)

A empresa conquistou o Prêmio Contabilidade 2004, promovido pela ABRAZONEE, que premiou a Companhia por ter apresentado o melhor conjunto de demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica no ano de 2003. (Relatório da administração, 2004)

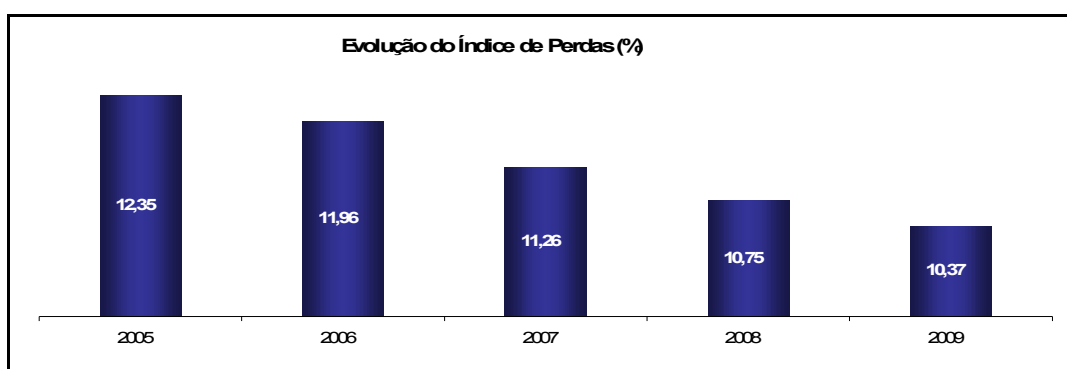
Além do reconhecimento, a companhia vem apresentando melhorias nos resultados operacionais dentre os quais se destacam: Evolução no número de clientes, aumento na receita de distribuição de energia elétrica, diminuição no índice de perdas.

Evolução do Número de Clientes Ativos (milhares)						
	2006	2007	2008	2009	2010	Participação em 2010
Residencial	799	836	873	915	968	85,4%
Comercial	64	67	68	71	75	6,6%
Industrial	5	5	5	5	5	0,4%
Rural	47	50	52	65	66	5,8%
Outras Classes	15	16	17	18	19	1,7%
Número total de clientes	929	974	1.014	1.074	1.133	100,0%

Fonte: Relatório da administração 2010

Detalhamento da Receita da Distribuição de Energia - (R\$ Mil)						
	2006	2007	2008	2009	2010	Participação 2010
Residencial	329.640	382.821	399.579	443.975	531.713	40,8%
Comercial	225.210	245.149	272.243	292.700	336.793	25,9%
Industrial	163.943	174.647	227.465	278.715	175.273	13,5%
Rural	53.271	56.283	46.690	47.705	66.496	5,1%
Outras Classes *	143.123	158.953	157.627	168.378	192.235	14,8%
Total Fornecimento	915.187	1.017.852	1.103.604	1.231.473	1.302.510	95,8%
Total Ambiente Livre	41.069	43.411	24.154	15.432	56.419	4,2%
Total da Distribuição	956.256	1.061.263	1.128.178	1.246.905	1.358.929	100,0%

Fonte: Relatório da administração 2010



Fonte: Relatório da administração 2009

A obtenção dos resultados desejados demonstrada que as atividades da administração, incluindo a auditoria interna e os controles operacionais representam adequadamente a realidade organizacional da companhia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria interna pode ser considerada como uma ferramenta de suma importância para as organizações, uma vez que desempenha um papel de grande relevância, ajudando a eliminar desperdícios, simplificar tarefas, apoiar a gestão e transmitir informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas. Neste sentido, tem-se percebido que muitas organizações estão investindo na implantação da auditoria interna como uma garantia de manter a qualidade, através da eliminação de custos e despesas, e fiscalização das atividades desenvolvidas por cada setor de uma organização.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é identificar os procedimentos de controles internos da uma empresa por meio da existência de uma área de auditoria interna, focalizando nos resultados das ações por ela realizada.

As conclusões, porém, devem ser vistas à luz das limitações deste trabalho, entre as quais se destaca o fato de não serem conclusões generalizáveis estatisticamente.

Baseado nas informações documentais analisadas, e, respaldado no referencial teórico selecionado, observou-se que o controle interno da empresa obteve uma significativa melhoria e com o apoio da auditoria interna implementou, promoveu e apoiou ações e procedimentos capazes de assegurar um satisfatório e confiável desempenho das atividades da companhia.

Verificou-se ainda que a auditoria interna considera os controles eficientes tendo em vista a razoável certeza que a alta administração tem do grau de atingimento dos objetivos operacionais propostos, de que as informações fornecidas pelos relatórios e sistemas corporativos são confiáveis e tempestivas, de que leis, regulamentos e normas pertinentes estão sendo cumpridos.

Neste contexto, pode-se inferir que os objetivos foram alcançados, uma vez que, na empresa estudada, observou-se o aumento da eficiência e eficácia das operações; melhoria da confiabilidade e integridade das informações financeiras e gerenciais; conformidade às leis e regulamentos aplicáveis.

Finalmente, cabe ressaltar que novos estudos deverão ser realizados no sentido de verificar o uso e as contribuições da auditoria interna como instrumento de melhoria dos controles internos, das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da Entidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. J. **Auditoria Interna: O que e para quê**. Revista Brasileira de Contabilidade Nº 114. nov/dez, 1998.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 3. ed., São Paulo: Atlas S.A., 1998.

_____. Auditoria Interna. São Paulo: Atlas, 1987.

AUDIBRA, **Práticas para o Exercício Profissional da Auditoria Interna – Estrutura Geral**, out, 2006.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Auditoria e Controles**. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/sobre/controles.pdf>. Acesso em 9 set. 2008.

BEUREN, Ilse M.; RAUPP, Fabiano M.; MARTINS, Samuel R. **Utilização de controles de gestão nas maiores indústrias catarinenses**. Revista Cont. Fin. – USP, São Paulo, n. 40, p. 120 – 132, jan./abr. 2006.

CAMPIGLIA, Américo O.; CAMPIGLIA, Osvaldo R.. **Controles de gestão: controladoria financeira das empresas**. São Paulo: Atlas, 1993.

CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade. **NBC T 12 – Da auditoria interna**. Aprovado pela Resolução n.986/03. Brasília: 2003.

COCURULLO, Antonio, **Gestão de riscos corporativos: riscos alinhados com algumas ferramentas de gestão: um estudo de caso no setor de celulose e papel**. 3. ed. São Paulo: 2004.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. **Internal Control – Integrated Framework**. New Jersey: COSO, 1992.

COSTA, Antônio F.. **Guia para elaboração de relatórios de pesquisa – monografias: trabalhos de iniciação científica, dissertações, teses e preparo de originais de livros**. Rio de Janeiro: UNITEC, 1993.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO - CRC-SP, **Controle Interno nas Empresas**. São Paulo: Atlas, 1998.

D'AVILA, Marcos Z.; OLIVEIRA, Marcelo A.. **Conceitos e Técnicas de Controles Internos de Organizações**. São Paulo: Nobel, 2002.

INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS – IIA. IPPF: International Professional Practices Framework. Altamonte Springs: IIA, 2009.

IMONIANA, Joshua O.; NOHARA, Jouliana J.. **Cognição da Estrutura de Controle Interno: uma Pesquisa Exploratória**. ENANPAD. 2004

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MAXIMIANO, Antônio César A.. **Administração de projetos na indústria brasileira de informática**. Tese de livre-docência. São Paulo: FEA-USP, 1987.

MIGLIAVACCA, Paulo N.. **Controles Internos nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Edicta, 2004.

OLIVEIRA, Marcelle C.; LINHARES, Juliana E.. **A Implantação de controle interno adequado às exigências da Lei Sarbanes-Oxley em empresas brasileiras – um estudo de caso**. 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 27 e 28 de julho de 2006. USP-EAC. Pesquisa Contábil e Desenvolvimento Econômico-Social. São Paulo. 2006.

PAULA, Maria Goreth M.. **Auditoria interna: Embasamento conceitual e suporte tecnológico**. São Paulo: Atlas, 1999.

PCAOB. Audit Standard n.2 e n.5. Disponível em: <http://www.pcaob.org/Standards/Standards_and_Related_Rules/index.aspx>. Acesso em 26 nov. 2008.

REDING, Kurt F. et al. **Internal Auditing: Assurance & Consulting Services**. Altamonte Springs: IIA – c2007.

REZENDE, Suely M.; FAVERO, Hamilton L.. **A importância do Controle Interno dentro das organizações**. Revista de Administração Nobel, Nº 03, p. 33-44, jan./jun. 2004.

SÁ, Antônio L.. **Luca Pacioli – Um mestre do Renascimento**. 2. ed., rev. amp. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2004.

SILVA, A. C. R.. **Metodologia da Pesquisa aplicada à Contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003.

TRISCIUZZI, Carlos Renato Fontes. **A Auditoria Interna como ferramenta de melhoria dos controles internos de uma organização: Estudo de caso em uma empresa do segmento industrial do Rio de Janeiro**, Brasil, 2009. 198f. Dissertação (Mestrado em

Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.ufrj.br/fasfasfsfgftwet>. Acesso em 05 de janeiro de 2011

VERGARA, Sylvia C.. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo:Atlas, 5 ed., 2004.